

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	22
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	26
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	27
10.5 - Políticas contábeis críticas	31
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	39
10.8 - Plano de Negócios	40
10.9 - Outros fatores com influência relevante	41

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

- i) Risco de Taxa de Juros: Consiste na possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras em razão de flutuações da taxa de juros que impactam as despesas financeiras relativas a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC);
- ii) Risco Cambial: Consiste em possíveis perdas decorrentes do contrato indexado à moeda estrangeira, que está exposto às flutuações nas suas cotações no mercado e de obrigações assumidas relativas ao projeto SGDC e ao projeto de cabos submarino em dólares norte americano e em euros; e
- iii) Risco de Liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos em caixa suficientes para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotado pela companhia, seus objetivos, estratégias e instrumento.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta estão relacionados a riscos cambiais, taxa de juros e de liquidez.

Risco de Taxa de Juros: Consiste no risco da TELEBRAS contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado. As posições ativas da TELEBRAS, ou seja, os investimentos financeiros da empresa são mantidos em fundos de investimento extra mercado, regidos pela Resolução Nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e, eventualmente, em fundos exclusivos, estruturados com finalidades específicas.

Estes investimentos possuem riscos inerentes às volatilidades das taxas de juros, taxas de administração, spreads de crédito dos títulos que compõem o índice de mercado Anbima (IMA).

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre do passivo cambial do Projeto SGDC ser impactado por flutuações nas taxas de câmbio, dado que uma parcela significativa desse passivo está estipulada em dólares americanos. Deve-se considerar que a TELEBRAS não possui receita em moeda diferente do Real, não sendo possível a realização de hedge natural da operação.

Em 2013 foi assinado o contrato com a Visiona Internacional BV levando a TELEBRAS a exposição cambial, resultante das oscilações nos preços de moeda estrangeira (USD) no mercado spot, no mercado futuro e de volatilidade.

Risco de Liquidez: Consiste no risco da dinâmica do seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pelos investimentos e pelos aportes de capital da União. As receitas da empresa ainda não são significativas de forma a garantir relativa estabilidade no caixa da empresa. Dessa forma, a companhia mantém seus investimentos em portfólio com alta liquidez. As disponibilidades da Companhia são acompanhadas diariamente pela Gerência Financeira e comunicada a todos os intervenientes do processo, de forma que a Diretoria acompanha regularmente a situação de caixa da empresa.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

**a. as estruturas organizacionais envolvidas**

As principais áreas envolvidas são: a) Presidência; b) Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores; c) Diretoria de Governança e d) Gerência de Tecnologia da Informação, responsável pela manutenção do Sistema de Gestão da Empresa – SAP; e) Gerência de Auditoria Interna, a qual se reporta ao Conselho de Administração, que tem por objetivo fornecer informações sobre a gestão, por meio de avaliação dos controles internos e avaliação dos riscos.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia vem trabalhando através da Diretoria de Governança na implantação de práticas de Compliance que serão utilizadas como diretrizes no monitoramento dos riscos e em conformidades.

A Auditoria Interna fornece informações objetivas e independentes sobre a eficiência e eficácia dos controles internos, identificando oportunidades de melhorias com o objetivo de proteger os interesses da Companhia.

O Plano Anual de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração, contempla os processos que serão focos das ações de auditoria, obtidos por meio da avaliação dos riscos dos processos e indicação da diretoria executiva e conselho de administração.

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna são reportados à Diretoria Executiva e mensalmente ao Conselho de Administração e Fiscal.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes da Taticca Auditores identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências significativas nos controles internos da Companhia conforme descritas abaixo e efetuaram comentários e recomendações conforme cada item apontado.

### 1. Análise de recuperabilidade e segregação de circulante e não circulante dos tributos a recuperar

A Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$199.676 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação.

A Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011.

Vale ressaltar também, que se faça periodicamente, a análise de segregação de circulante e não circulante destes tributos com base na expectativa de realização destes, dentro do período de 12 meses.

Existe riscos de não conseguir a recuperação dos créditos e por consequência perda de créditos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Recomendamos que a Companhia mantenha ações no sentido de alcançar resultados positivos para realização dos créditos tributários a recuperar, e se necessário, constituir uma provisão, ou até mesmo a baixa de tributos que não tem expectativa de compensação ou realização, bem como a segregação de circulante e não circulante.

**Comentários da Administração**

A segregação do circulante e não circulante dos tributos a recuperar será feito conforme recomendação.

Em relação à realização dos tributos a recuperar, a Telebras está atuando com o auxílio de uma consultoria externa para compensar os tributos. Mesmo sem resultados positivos, a companhia está conseguindo compensar os tributos por meio do pedido de compensação e resituição conforme apontado na nota explicativa nº 6.

**2. Saldos contábeis pendentes de longa data**

Durante os trabalhos, identificamos que algumas contas contábeis não estão conciliadas ou possuem algumas pendências de longa data. Podemos citar como exemplo:

Conta	R\$ mil - Saldo em 31/12/17	Comentarios
COFINS a Recuperar	23.007	Parte do saldo é composto por pendencias de longa data
IR sobre JSCP	22.550	Esta conta está sem movimentação desde 2015
ICMS a Recuperar	80.633	Parte do saldo é composto por pendencias de longa data
ICMS a Recolher	11.570	Parte do saldo é composto por pendencias de longa data
Tributos Federais Parcelamento	434	Pendencia de longa data
Taxas Federais a Recolher	1.903	A maior parte do saldo é composto por "Migração SISCOF FI-GL"
Outros Valores a Receber ou a Recuperar	2.107	Parte do saldo é composto por pendencias de longa data

A Administração está implementando ações de conciliações, composições e de busca de efetiva realização dentro dos prazos legais.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos manter os esforços de composições e conciliações dos saldos, bem como, das ações para efetiva recuperação/realização dos créditos.

### ***Comentários da Administração***

A Telebras assinou contrato em janeiro de 2017 com a empresa vencedora do certame cujo objeto é a prestação de serviços de analisar e revisar a escrituração dos tributos incidentes sobre as cadeias de suprimento (compras) e de faturamento (vendas) , a escrituração dos tributos de fonte e dos tributos federais sobre a renda. Assim sendo com a conclusão desses trabalhos, encerramento previsto para janeiro de 2019, tais saldos estarão devidamente conciliados.

### **3. Obrigações acessórias**

A Telebras tem como pratica consulta e a emissão de certidões negativas nos respectivos sites e órgãos do governo. Caso conste alguma pendencia, os responsáveis são acionados para sua regularização na maior brevidade possível.

Durante os trabalhos em campo, foi identificado que a Telebras possui restrições no SICAF – DF. Também foi identificado que algumas obrigações acessórias não estão sendo realizadas adequadamente, como é o caso da EFD, que está sendo entregue sem o devido preenchimento.

Vale lembrar, que o não cumprimento destas obrigações pode acarretar em sanções a Companhia, bem como atraso no recebimento de operações com empresas governamentais/ órgãos do governo.

Recomendamos que a Administração envide esforços para regularizar o cumprimento de suas obrigações acessórias.

### ***Comentários da Administração***

A Telebras assinou contrato em janeiro de 2017 com a empresa vencedora do certame cujo objeto é a prestação de serviços de analisar e revisar a escrituração dos tributos incidentes sobre as cadeias de suprimento (compras) e de faturamento (vendas) , a escrituração dos tributos de fonte e dos tributos federais sobre a renda. Assim sendo com a conclusão desses trabalhos, encerramento previsto para janeiro de 2019, tais saldos estarão devidamente conciliados.

Além disso, já está em fase de testes no sistema corporativo o programa que permitirá a retificação dessa obrigação acessória.

Quanto ao Sicafe, as restrições foram devidamente saneadas ainda durante os trabalhos da auditoria.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **4. Inventário físico do ativo imobilizado**

A Companhia não tem como procedimento a realização de inventário físico dos bens que compõem seu ativo imobilizado, bem como a conciliação destes bens com o ativo contábil não está concluído.

Dessa forma, eventuais problemas de registro das adições e de baixas de bens do ativo imobilizado podem deixar de ser identificadas.

Sugerimos a realização de inventário físico dos bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo o emplacamento dos bens, assim como a elaboração de relatórios auxiliares atualizados com base neste inventário, que demonstrem os bens existentes e informações sobre a data de aquisição, fornecedor, valor histórico, valor corrigido, depreciação acumulada, valor residual e contabilização e com base no resultado deste trabalho que sejam preparados controles individuais destes bens, visando a salvaguarda do patrimônio da Companhia.

#### ***Comentários da Administração***

Por força regimental, compete à Gerência de Logística – GLOG - realizar o inventário de todos os bens patrimoniais da TELEBRAS e coordenar e controlar os bens patrimoniais da sede da TELEBRAS, em gestão compartilhada com as demais unidades, mediante as seguintes ações: registro de responsáveis pela guarda e movimentação, atualização dos endereços locais e do inventário em conformidade com o ativo imobilizado registrado pela área contábil.

Diante de tal obrigação, a GLOG deu início à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação de solução para a Gestão de Bens Patrimoniais, baseada na tecnologia RFID (Identificação por Rádio Frequência) para o controle de ativos, incluindo coletores de dados etiquetas e o serviço de tagueamento dos ativos inventariados. Ou seja, para “a realização de inventário físico dos bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo o emplacamento dos bens”, como sugerido neste relatório.

Não fosse isso o bastante, destaca-se que o Termo de Referência que deu início ao procedimento de contratação engloba outros serviços além do inventário e tagueamento: preparação contábil; conciliação físico x contábil; saneamento; elaboração de laudo de avaliação dos ativos; integração das bases de dados coletadas após o tagueamento ao sistema SAP. Tal parcela do objeto da contratação foi especificada pela Gerência Fiscal e de Controle de modo a atender as necessidades da empresa e, mais uma vez, ir ao encontro das sugestões constantes deste relatório.

### **5. Acompanhamento das imobilizações em andamento**

Os controles sobre a imobilização de ativos fixos e de projetos em andamento são efetuados pelas áreas envolvidas nos projetos. Porém,



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

existem algumas ocorrências que demonstram a falta de integração entre os responsáveis dos projetos e a contabilidade, a saber:

- Atraso na imobilização de projetos quando do encerramento das O.S. (ordens de serviços);
- Imobilizações já em operação, porém sem a comunicação por parte do responsável do projeto ao departamento contábil, para que este faça transferência da classificação do bem de “Bens do Ativo Imobilizado em Andamento – BIA” para a respectiva conta de “Bens do Ativo Imobilizado em Serviço – BIS”; e
- Falta do registro de depreciação/amortização de itens em operação.

A ausência de análise sobre o imobilizado em andamento pode ocasionar em insuficiência de depreciação ou amortização.

Recomendamos que a Administração envide esforços para o aprimoramento de procedimentos rotineiros e de monitoramento quanto ao controle de projetos em andamento, na qual abrangeriam principalmente os seguintes pontos:

Definição de responsabilidades e funções quanto aos controles, acompanhamento dos prazos, inclusões e encerramentos de O.S. de projetos em andamento;

Definição de prazos para a revisão periódica dos projetos em andamento, de modo que sejam revisitados pela menos uma vez no trimestre, quanto a classificação de projetos que já se encontram em operação, bem como, a definição de comunicação tempestiva com o departamento contábil, para que faça a reclassificação contábil destes bens e início da depreciação / amortização;

Análise quanto a projetos que foram descontinuados, e sua comunicação com a contabilidade, para que sejam realizados os devidos lançamentos contábeis;

Acompanhamento do valor orçado e o valor realizado nas obras.

### ***Comentários da Administração***

A recomendação do acompanhamento das imobilizações em andamento será totalmente atendida com a adequação dos processos que será iniciada com a realização do inventário físico do imobilizado.

## 6. Peças de reposição

Existem peças de reposição, cuja expectativa de utilização pela Administração é de mais de um exercício social, classificadas no grupo de

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

contas como ativo imobilizado. No entanto, não existe um controle analítico das peças, de modo que possa identificá-las e quantificá-las. Adicionalmente, a contabilidade deve ser informada quando uma peça é substituída no equipamento, para que possa ser feito o devido tratamento contábil (as peças substituídas devem ser baixadas quando da troca).

A ausência de controles analíticos sobre estas peças pode ocasionar em ausência de depreciação, ou em ausência de baixas do imobilizado e, dessa forma, superavaliar o resultado do exercício.

Recomendamos que a Administração envide esforços para implementação de procedimentos para o controlar as peças de reposição, atentando-se para a comunicação entre as áreas responsáveis e a contabilidade (de forma tempestiva), para que estes façam os lançamentos contábeis pertinentes.

### ***Comentários da Administração***

A recomendação do acompanhamento das peças de reposição será totalmente atendida com a adequação dos processos que será iniciada com a realização do inventário físico do imobilizado.

## **7. Licença de Uso do Satélite**

Durante os trabalhos de auditoria, identificamos que a Telebras registrou a título de licença de uso do Satélite o montante de R\$ 3.946 mil. O desembolso financeiro ocorreu em períodos anteriores. No entanto, até o momento não foi realizado nenhuma análise quanto aos critérios de tempo de uso da licença, visto que o Satélite ainda não está em operação.

A ausência de análise do prazo da licença pode ocasionar em insuficiência de amortização, e consequentemente, o resultado estar subavaliado.

Recomendamos que a Administração analise quanto as condições e prazos desta licença, para que seja considerado no cálculo da amortização. Atentar-se para o tempo da licença, ou a expectativa de utilização do equipamento, considerando sempre o menor prazo entre estas condições.

### ***Comentários da Administração***

A área de contabilidade fez análise do prazo de amortização da Licença de Uso do Satélite e concluiu que ela se encerrará em 29/08/2029 e deve iniciar na data em que o Satélite iniciar a sua depreciação.

## **8. Baixas do Ativo Imobilizado**

No manual de procedimentos da Telebras menciona sobre os tipos de Baixas que podem ocorrer no Ativo Imobilizado da Companhia, como por exemplo: venda, doação, perda (por obsolescência ou desgaste) ou transferência para bens destinados a venda. No entanto, a Telebras

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

efetuou apenas baixas por obsolescência, ou seja, equipamentos que não seriam mais utilizados e foram sucateados.

Devido ao alto volume de itens do imobilizado, se faz necessário a implementação de procedimentos e controles, para que possa identificar tempestivamente a perda de bens, visto que os equipamentos estão alocados em diversas localidades no Brasil, e é algo rotineiro no setor de Telecom o furto de equipamentos nas antenas, por exemplo.

A ausência de procedimentos quanto a existência dos bens do ativo imobilizado, pode ocasionar em distorções nas demonstrações financeiras.

Recomendamos que a Administração avalie sobre a implementação de procedimentos e controles quanto a inspeção física periódica nas antenas e outras localidades externas da Companhia, de modo que a Companhia tem um controle sobre a existência de todos os equipamentos.

***Comentários da Administração***

A recomendação do acompanhamento das baixas dos imobilizado será totalmente atendida com a adequação dos processos que será iniciada com a realização do inventário físico do imobilizado.

**9. Ausência de formalização da análise de redução ao valor recuperável dos bens do imobilizado e intangível**

A Companhia não possui processo rotineiro e documentado as análises sobre testes de recuperabilidade de ativos (*impairment*).

A ausência da análise de redução ao valor recuperável pode ocasionar em ativos registrados com saldos acima de seu valor recuperável.

Elaborar, anualmente, documentação suporte para análise de indicativo de redução ao valor recuperável, a fim de que o saldo contábil não seja superior ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

***Comentários da Administração***

Ao final de cada exercício, a administração avalia se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas.

Outras providências necessárias e obrigatórias, como determinado pelo CPC 01, especificamente como o fluxo de caixa descontada, está em estudos para a implantação na companhia.

**10. Aprimoramento do cronograma de fechamento contábil**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Telebrás possui a boa pratica de preparar o cronograma de fechamento contábil mensal e anual, com a descrição das principais atividades e informações necessárias para a preparação das demonstrações financeiras. No entanto, identificamos algumas atividades que deveriam ser adicionadas, como por exemplo:

- Revisão de vida útil anualmente de todos os bens do ativo imobilizado e intangível;
- Análise dos indicadores de *impairment*, e se necessário, a preparação de fluxo de caixa e cálculo do valor recuperável, periodicidade anual, ou quando houver alguma mudança significativa no plano de negócio da Companhia;
- Segregação de circulante e não circulante trimestralmente;
- Inspeção física do imobilizado, para as principais adições ocorridas durante o ano, e rotativo para os demais itens do imobilizado;
- Com relação a eventos subsequentes, o departamento de RI e jurídico deveriam informar a contabilidade sobre qualquer assunto que deva ser divulgado em nota explicativa, para cada trimestre, visto que estes departamentos gerenciam as informações para o mercado e os principais contratos da Companhia.

As ausências de divulgação de informações requeridas pelas normas contábeis geram demonstrações contábeis incompletas.

Recomendamos que a Administração avalie quanto a inclusão de mais algumas atividades no cronograma formal da Companhia, de modo que seja formalizado, e que possa ser monitorado, que as principais atividades de fechamento contábil foram executadas durante o processo de fechamento contábil.

### **Comentários da Administração**

As recomendações referentes ao cronograma de fechamento contábil serão todas incorporadas aos novos cronogramas a partir de 2018.

## 11. Agrupamento de Ações

Durante os trabalhos de auditoria, identificamos que a Telebras registrou a título de grupamento de ações o montante de R\$ 13.097 mil referente ao valor a restituir aos acionistas decorrentes do agrupamento de ações ocorridos desde 2010. O desembolso financeiro ocorrerá apenas quando o acionista solicitar o crédito a Telebras. No entanto, se faz necessário a análise se estes créditos têm prescrição, e quais são os critérios para efetuar a baixa desta obrigação, visto que existe valores a longa data.

A ausência de análise quanto as exigências destas obrigações pode ocasionar em distorções nas demonstrações financeiras.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Recomendamos que a Companhia mantenha ações no sentido de analisar quanto a prescrição destas obrigações, e se necessário, constituir até mesmo a baixa destas obrigações.

***Comentários da Administração***

Um parecer sobre a prescrição do grupamento de ações será solicitado à área jurídica para dar suporte ao tratamento contábil que será dado a essa obrigação.

**12. Dividendos a receber expectativa de recebimento e classificação**

A Telebras possui registrado em 31 de dezembro de 2017 em seu ativo circulante o montante de R\$ 11.550 (R\$ 5.546 em 31 de dezembro de 2016) referente a direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA.

Esta operação está registrada desde 2014, no entanto, até o momento não houve a liquidação financeira, e não houve nenhuma análise quanto a expectativa de recebimento deste montante nos próximos 12 meses.

Adicionalmente, observamos que nas demonstrações financeiras da coligada VISIONA, foi reconhecido em seu passivo dividendos a pagar, no qual divulga em sua nota explicativa que este será reinvestido na Companhia para aquisição de bens do ativo imobilizado e reforço no capital de giro.

A ausência de análise quanto a classificação de dividendos a receber de acordo com a sua natureza pode ocasionar em distorções nas demonstrações financeiras.

Recomendamos que a Administração analise quanto a intenção ou não de reinvestimento em sua coligada através da retenção dos dividendos a distribuir, e efetuar o tratamento contábil pertinente.

***Comentários da Administração***

A Telebras solicitará a formalização do efetivo tratamento que será dado aos dividendos na coligada Visiona e fará a contabilização de acordo com esse tratamento.

**13. Segregação de Circulante e Não Circulante**

A Telebras possui registrado em 31 de dezembro de 2017 em seu passivo circulante o montante de R\$ 39.003 e no passivo não circulante o montante de R\$ 212.475 referente a empréstimos com terceiros, no entanto, foi identificado durante os trabalhos que a segregação de circulante e não circulante está em desacordo com a norma contábil.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

De acordo com a norma contábil, a classificação de passivo circulante deve ser efetuada quando a Empresa espera liquidar o passivo no período de até 12 meses após a data base das demonstrações contábeis.

A classificação dos empréstimos e financiamentos cuja expectativa de pagamento exceder 12 meses como passivo circulante está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando apresentação inadequada das demonstrações contábeis.

Reavaliar a segregação do passivo circulante e não circulante de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, itens 69 a 76.

***Comentários da Administração***

A Telebras segregará os valores de ativo e passivo em circulante e não circulante conforme recomendação também nas demonstrações intermediárias.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### Programa de Integridade

A Telebras possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração.

Os principais mecanismos de controle são:

- Grupo de Gestão de Risco (encontro semanal);
- Reunião Gerencial (encontro semanal);
- Treinamento com Colaboradores (encontro semanal);
- Palestras (encontro quinzenal).

A Diretoria de Governança, através da Gerência de Governança, é a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. A sua criação foi formalizada na 432ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Exercício de 2018, realizada em 08/03/2018 e tem como atribuições:

- Criar o Programa de Integridade da TELEBRAS;
- Adequar a TELEBRAS às melhores práticas de Conformidade;
- Fiscalizar o cumprimento do Código de Ética e de Conduta;
- Atualizar o Código de Ética e de Conduta permanente;
- Divulgar constantemente o Código de Ética e de Conduta;
- Estabelecer rotinas e cuidados para que os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência previstos da Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016 sejam divulgados no sítio eletrônico da empresa de forma permanente e cumulativa;
- Estabelecer rotinas e cuidados para garantir que sejam disponibilizadas, e atualizadas mensalmente, para conhecimento público e por meio eletrônico, a informação completa sobre a execução dos contratos e do orçamento da TELEBRAS;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei Anticorrupção.

O Conselho de Administração da Telebras aprovou em sua 425ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de setembro de 2017, o código de ética [http://www.telebras.com.br/documentos/codigo\\_de\\_etica.pdf](http://www.telebras.com.br/documentos/codigo_de_etica.pdf) e o guia de conduta [http://www.telebras.com.br/documentos/guia\\_conduta.pdf](http://www.telebras.com.br/documentos/guia_conduta.pdf), constituído de desdobramentos práticos do Código de Ética e de outros normativos. Ambos têm por finalidade prescrever os padrões de ética profissional a serem seguidos por todos os dirigentes, membros do Conselho Fiscal, empregados públicos, empregados comissionados, colaboradores (estagiários, terceirizados, menores aprendizes) e parceiros (fornecedores e contratados), que deverão obedecer aos princípios de respeito, de honestidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e de responsabilidade, dentre outros.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Com o objetivo de assegurar o efetivo cumprimento das regras administrativas e legais, são realizadas, periodicamente, palestras de *Compliance*, com duração de 2 horas, aplicadas aos diretores, conselheiros e colaboradores da Telebras, onde são promovidas discussões a respeito do padrão ético.

O código de ética, em seu artigo 10 prevê a aplicação e a sanção de censura pela Comissão de Ética da Telebras, sem embargo de imposição de sanções administrativas, disciplinares, civis e penais cabíveis. Já em seu artigo 18, o código prevê que as denúncias devem ser tratadas de forma confidencial. Por sua vez, o item 20.1 do guia de conduta diz que a confidencialidade ao denunciante de boa fé, se requerida, será garantida.

O sistema e-OUV (<https://sistema.ouvidorias.gov.br/>) é o canal interno aberto para o recebimento de denúncias do empregador e de terceiros. O envio de denúncias também pode ser feito diretamente à Comissão de Ética ou à Ouvidoria através dos e-mails [comissaoetica@telebras.com.br](mailto:comissaoetica@telebras.com.br) / [ouvidoria@telebras.com.br](mailto:ouvidoria@telebras.com.br) ou através do telefone 2027-1339, sendo competência de qualquer um dos canais a apuração das denúncias.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

5.5. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

Redução na exposição a oscilações na taxa de juros básica do mercado financeiro, pelo fato da companhia ter realizado uma integralização de R\$ 1.331.521.558,18 decorrentes de recursos de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital).

No que tange a gerenciamento de riscos, a companhia tem aperfeiçoado seus mecanismos de arrecadação e cobrança, o que tem levado a uma redução das perdas com créditos de liquidação duvidosa e redução nos prazos de recebimentos de clientes.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

A companhia adotou uma nova régua de cobrança de clientes, reduzindo assim o número de clientes inadimplentes e nos dias de atraso de recebimentos no seu faturamento.

Também reduziu o risco de exposição cambial, por ter praticamente concluído o projeto do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Controle).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Comentários dos Diretores sobre:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações:

Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2017 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo na ordem de R\$ 243.817 mil contra R\$ 270.883 mil em 2016 e R\$ 235.633 mil em 2015.

O ano de 2017 encerrou com 648 circuitos faturados (349 em 2016), que representam 177 clientes (214 em 2016). Estes clientes estão representados por Provedores/Parceiros, Entidades Governamentais, Forças Armadas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mistas. A banda ativada fechou o ano de 2017 com 224.343 Mbps, **UM GANHO LÍQUIDO DE 32.718 MBPS (17,1%) NA COMPARAÇÃO COM O DEZEMBRO DE 2016** (191.625 Mbps). Este comportamento representou um acréscimo na Receita Operacional Líquida de 30,8% na comparação entre o exercício de 2017 (R\$ 73.293 mil contra R\$ 56.054 mil em 2016). As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes demonstram a qualidade dos serviços prestados pela Telebras, aumentando a média de receita por contrato firmado e consolidando a relação entre a Telebras e seus clientes.

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2015 a 2017 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R\$ mil	Exercícios findos em:							
	2015		2016			2017		
Rubricas	Valor	AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%
Ativo Circulante	388.125	15,2%	413.355	13,5%	6,5%	365.926	10,7%	-11,5%
Ativo Não Circulante	2.166.404	84,8%	2.646.573	86,5%	22,2%	3.059.300	89,3%	15,6%
Realizável a Longo Prazo	211.484	8,3%	275.112	9,0%	30,1%	287.429	8,4%	4,5%
Investimentos	84.475	3,3%	77.145	2,5%	-8,7%	69.193	2,0%	-10,3%
Imobilizado	1.850.122	72,4%	2.275.655	74,4%	23,0%	2.683.307	78,3%	17,9%
Intangível	20.323	0,8%	18.661	0,6%	-8,2%	19.371	0,6%	3,8%
<b>Ativo Total</b>	<b>2.554.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,8%</b>	<b>3.425.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,9%</b>
Passivo Circulante	321.781	12,6%	97.490	3,2%	-69,7%	230.354	6,7%	136,3%
Passivo Não Circulante	2.451.508	96,0%	3.462.541	113,2%	41,2%	2.605.051	76,1%	-24,8%
Passivo Exigível	2.773.289	108,6%	3.560.031	116,3%	28,4%	2.835.405	82,8%	-20,4%
Patrimônio Líquido	(218.760)	-8,6%	(500.103)	-16,3%	128,6%	589.821	17,2%	-217,9%
<b>Passivo Total</b>	<b>2.554.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,8%</b>	<b>3.425.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,9%</b>

**Fonte: Demonstrações Individuais da Telebras**

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

**Ativo Circulante e Ativo Não Circulante** - Os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 15,6% em relação ao exercício de 2016, já o Ativo Circulante apresentou diminuição de 11,5% no mesmo período.

**Imobilizado** - A evolução do Imobilizado, 17,9% de 2016 para 2017, é explicada pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R\$ 314,9 milhões (R\$ 319,5 milhões em 2016) no decorrer de 2016.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Deste total, R\$ 265,2 milhões (84,2%) foram destinados ao projeto SGDC (R\$ 267,5 milhões em 2016 – 83,7%).

**Ativo Total** - Crescimento da ordem de 11,9% em relação a 2016. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

**Passivo Circulante e Passivo Não Circulante** - O Passivo Circulante apresentou aumento de 136,3% no período, em decorrência principalmente do aumento na Conta Fornecedores 205,7%. Já o Passivo Não Circulante apresentou uma redução de 24,8% por conta da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).

**Passivo Exigível e Ativo Total** – Considerando-se os dados os dados relativos ao Passivo Exigível e ao Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2017 estava em 82,8%, enquanto que no exercício findo em 2016, esse indicador era de 116,3%. A redução foi decorrente principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

**Patrimônio Líquido** – O aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC, apesar do prejuízo de R\$243.817 milhões em 2017, R\$270.883 em 2016.

R\$ mil	2017	2016
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>589.821</b>	<b>(500.103)</b>
Capital Social	1.594.667	263.145
Prejuízos Acumulados	(1.013.437)	(769.620)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.702	6.483
Ações em Tesouraria	(111)	(111)

### 3. Incorporação da Telebras COPA S.A

Em 1º de junho de 2017, a Assembleia dos Acionistas da Telebras da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769 mil; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas,

#### indicando: (i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

#### (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes (Índice de Liquidez Imediata) corresponde a 86,4% (290,0% em 2016 e 78,3% em 2015) do que é necessário para a cobertura dos compromissos assumidos de curtíssimo prazo.

O índice de liquidez corrente apresentado foi de 1,59 (4,24 em 2016 e 1,21 em 2015) - isto é - para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, a empresa possui R\$ 1,59 de ativos de curto prazo para honrar as obrigações também de curto prazo em 2017.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O índice de liquidez geral foi de 0,73 (0,84 em 2016 e 0,56 em 2015) - ou seja - para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo, a empresa possui apenas R\$ 0,73 de recursos de curto e longo prazo, para honrar essas obrigações em 2017.

O índice de endividamento foi de 0,26 (0,26 em 2016 e 0,41 em 2015) – isto é – a empresa financia 26% dos ativos com capitais de terceiros.

A composição do capital de terceiros mostra que 25,6% (11,9% em 2016) da dívida são de curto prazo e 74,4% (88,1% em 2016) são dívida de longo prazo, portanto, demonstrando boa estrutura do endividamento.

### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2017, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como de recursos oriundos de receita própria.

### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

#### **(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A Companhia tem contrato de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões. Este financiamento foi aplicado no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136.043 mil em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversa com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

#### **(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

#### **(iii). grau de subordinação entre as dívidas**

Vide quadro do item “f”

#### **(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

**Limites de endividamento:** Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. (aspectos contábeis).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os índices de endividamento são 0,26 (2017), 0,26 (2016) e 0,41 (2015). Esses índices demonstram uma redução da participação de capital de terceiros os ativos da Telebras.

Ressalta-se, que para o cálculo índice acima os valores dos adiantamentos para futuro aumento de capital e das receitas recebidas antecipadamente foram reclassificados e considerados como capital próprio, ou seja, patrimônio líquido.

**Distribuição de Dividendos:** A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do prejuízo apurado no exercício de 2017, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

**Alienação de ativos:** Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2016.

**Emissão de novos valores mobiliários:** Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, passando o capital social de R\$ 263.145 para R\$ 1.594.667. O aumento de capital representou a emissão 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais.

Os recursos para o aumento de capital foram oriundos dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador “União”, e foram aprovados através do Decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016. A composição do aumento de capital no valor de R\$ 1.331.522 é composta por recursos aportados entre os exercícios de 2011 e 2015, que corresponde ao valor de R\$ 846.527; saldo residual de aportes anteriores, na ordem de R\$ 7.757; e a atualização monetária destes montantes até o dia 31 de julho de 2017 no montante de R\$ 477.038.

Esses recursos objeto da capitalização foram aplicados na implementação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, promovendo, cada vez mais, a inclusão social e econômica através do acesso à internet no país.

**Alienação de Controle Acionário:** O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral

### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

O uso dos recursos provenientes do financiamento foi aplicado exclusivamente no projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

### **h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Alterações informadas nos itens 10.1 “a” e 10.1. “f”.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****Comentários dos diretores sobre:****a. Resultados das operações da Companhia****1. Receita Operacional Líquida**

Em 2017, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 73,3 milhões, crescimento de 30,8% em relação ao ano de 2016 (R\$ 56,1 milhões). O avanço da Receita Operacional Líquida entre os períodos comparados é explicado pelo maior volume faturado em decorrência de novos contratos, pelo crescimento da banda ativada e dos circuitos faturados.

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Serviços de Comunicação Multimídia	98.758	74.486	32,6%
Aluguéis e Locações	7.093	7.003	1,3%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>105.851</b>	<b>81.489</b>	<b>29,9%</b>
Deduções da Receita Operacional Bruta	(32.558)	(25.435)	28,0%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>73.293</b>	<b>56.054</b>	<b>30,8%</b>

**2. Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)**

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Pessoal (exclui PISP)	(67.165)	(65.051)	3,2%
Serviços de Terceiros	(62.884)	(63.694)	-1,3%
Compartilhamento de Infraestrutura	(43.430)	(39.713)	9,4%
Meios de Conexão	(26.782)	(10.267)	160,9%
PECLD <sup>1</sup>	(24.534)	(248)	9.792,7%
PISP <sup>2</sup>	(16.292)	(5.756)	183,0%
Aluguéis e Locações	(7.516)	(8.696)	-13,6%
Tributos	(1.597)	(1.607)	-0,6%
Materiais	(753)	(136)	453,7%
Outras Despesas	-	(18)	n.d
<b>Total</b>	<b>(250.953)</b>	<b>(195.186)</b>	<b>28,6%</b>

1- Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

2- Programas de Indenização por Serviços Prestados

Em 2017, os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 251,0 milhões em 2017 e R\$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 28,6%. As principais rubricas que contribuíram para este aumento foram: perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (R\$ 24,3 milhões), provisão para o programa de indenização por serviços prestados – PISP (R\$ 10,5 milhões); e meios de conexão (R\$ 16,5 milhões).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

**PESSOAL:** No Acumulado dos doze meses de 2017, o gasto com pessoal apresentou crescimento de 3,2%, em relação a 2016, apesar de o reajuste concedido ter sido de 8,1%. O aumento inferior ao reajuste concedido no acordo coletivo é justificado principalmente pela diminuição da remuneração de diretores em função de saídas sem a recomposição do quadro durante a maior parte do exercício de 2017.

**PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP:** O aumento da provisão para o PISP é justificado pelo reajuste salarial de 8,1% em consequência do acordo coletivo, bem como pela reclassificação dos valores que constavam como a receber no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 16,5 milhões. A reclassificação deste valor a receber ocorreu devido ao fato que este item não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, pois não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que não há certeza quanto ao recebimento de tais valores.

**SERVIÇOS DE TERCEIROS:** No acumulado de 2017, o montante dos custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizou R\$ 62,9 milhões, estável em relação ao acumulado do último exercício (R\$ 63,7

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

milhões). Dentre os Serviços de Terceiros, o de maior participação sobre o total desses custos e despesas é o Custo de Manutenção da Planta, que atingiu R\$ 31,4 milhões em 2017, R\$ 30,2 milhões em 2016.

**COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA:** Em 2017, o valor de Compartilhamento de Infraestrutura atingiu R\$ 43,4 milhões, R\$ 3,7 milhões, (9,4%) superior ao acumulado de 2016 (R\$ 39,7 milhões). O aumento é justificado pelos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e parceiros por serviços prestados.

**MEIOS DE CONEXÃO:** No final dos 2017, os custos com Meios de Conexão alcançaram R\$ 26,8 milhões (R\$ 10,3 milhões em 2016), uma variação de 160,9%. Este comportamento é explicado pela contratação de novos circuitos para atender a demanda de novos serviços (clientes).

**3. Depreciação e Amortização**

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Depreciação e Amortização	(60.795)	(49.311)	-23,3%

O aumento de 23,3% na comparação entre o acumulado de 2017 e 2016 é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica de bens e instalações em andamento para a rubrica de bens e instalações em serviço, pois com a transferência, estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R\$ 43.282 em 2017. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levada em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R\$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

**4. Resultado Financeiro**

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
<b>Receitas Financeiras</b>			
Juros sobre Disponibilidades	7.340	8.827	-16,8%
Juros sobre Tributos	14.342	-	100,0%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.478	2.486	-0,3%
Outras Receitas Financeiras	939	694	35,3%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.127)	(1.376)	54,6%
<b>Total</b>	<b>22.972</b>	<b>10.631</b>	<b>116,1%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(34.548)	(51.194)	-32,5%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(15.620)	(23.686)	-34,1%
Juros sobre Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.962)	(11.546)	-57,0%
Outras Despesas Financeiras	(90)	(1.272)	-92,9%
<b>Total</b>	<b>(55.220)</b>	<b>(87.698)</b>	<b>-37,0%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(32.248)</b>	<b>(77.067)</b>	<b>-58,2%</b>

No acumulado de 2017, o resultado financeiro foi negativo no valor de R\$ 32,2 milhões uma redução na comparação com 2016 de R\$ 44,8 milhões. Este resultado é explicado pelo reconhecimento da variação monetária dos tributos federais sujeitos a recuperação/compensação (R\$ 14,3 milhões) e pela redução dos índices de atualização dos principais geradores de despesas financeiras (Credores por Acordos Judiciais) e os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC), que têm seus indexadores vinculados à inflação.

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizaram R\$ 33.703 (R\$ 30.323 em 2016). Deste montante, R\$ 26.363 (R\$ 21.496 em 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o projeto SGDC.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****7. Prejuízo do Exercício**

R\$ Mil	2017	2016	Δ Ano
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(270.883)</b>	<b>-10,0%</b>
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:			
(-) Ganho na Baixa de Passivos (i)	(15.967)	-	100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos (i)	10.105	-	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos (i)	16.475	-	100,0%
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	22.437	-	100,0%
<b>Prejuízo do Exercício Ajustado</b>	<b>(210.767)</b>	<b>(270.883)</b>	<b>-22,2%</b>
Margem Líquida	-287,6%	-483,3%	-40,5%
Prejuízo Ajustado por Ação (R\$)	(14,05972)	(18,06990)	-22,2%

O Prejuízo do Exercício Ajustado por eventos não recorrentes em 2017 foi de R\$ 210,8 milhões (R\$ 270,9 milhões em 2016), redução de R\$ 60,1 milhões (-22,2%). Os eventos não recorrentes referem-se: i) a baixa de passivos e ativos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos conforme CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e divulgados nos quadros de "Custos/Despesas Operacionais" e "Outras Receitas/(Despesas) Operacionais", respectivamente, acima demonstrado; e ii) constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa sobre o contas a receber de valores relacionados à prestação de serviços durante a Copa do Mundo de 2014.

**8. EBITDA/LAJIDA**

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(270.883)</b>	<b>-10,0%</b>
(+) Resultado Financeiro	32.248	77.067	-58,2%
(+) Depreciação e Amortização	60.795	49.311	23,3%
<b>EBITDA</b>	<b>(150.774)</b>	<b>(144.505)</b>	<b>4,3%</b>
Ajustes:			
(+/-) Equivalência Patrimonial	(23.899)	3.964	-702,9%
(+) Baixa de Ativos Fixos	-	268	
(+/-) Ganho sobre Passivos	(15.967)	-	100,0%
(+) Perdas sobre Ativos	10.105	-	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	16.475	-	100,0%
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	22.437	-	100,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(141.623)</b>	<b>(140.273)</b>	<b>1,0%</b>
Margem EBITDA	-205,7%	-257,8%	20,2%
Margem EBITDA Ajustado	-193,2%	-250,2%	22,8%

A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, o Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa Passivos, Perdas na Baixa Ativos, Baixa de Ativos – Colaboradores Cedidos e PECLD contrato Copa 2014) para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro.

Em 2017, o EBITDA foi negativo no montante de R\$ 141,6 milhões, estável em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 140,3 milhões). Este resultado é reflexo do aumento da Receita Operacional Líquida (30,8%) e do aumento dos Custos e Despesas Operacionais (28,6%). A Margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de -193,2%, enquanto que em 2016 foi de -250,2%, uma diminuição de 22,8% da insuficiência de geração de caixa.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Não se verificaram essas variações no exercício.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuem negativamente para o resultado financeiro.

No caso dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, a atualização monetária da parte dos recursos destinados a construção de ativos (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação).

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da companhia:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

No exercício de 2017, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No exercício de 2017, houve aportes para aumento de capital na coligada da Cabos Brasil Europa S.A., a qual, a Companhia tem participação de 35% do seu Capital Social. O montante destinado para aumento de capital no ano de 2017 foi de R\$ 448 mil.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Em 2017, não houve a realização de operações não usuais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Comentários dos diretores sobre:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2017, 2016 e 2015.**

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2017 em relação a 2016 e 2015.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2017, 2016 e 2015.**

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2017 em relação a 2016 e 2015.

**c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2017:****Ênfase****Tributos a Recuperar**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$296.689 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

**Investimentos**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 01 de junho de 2017, Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da subsidiária integral Telebras Copa S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%; Cabos Brasil Europa S/A, com 35%; e EllaLink Spain S/A, com 35%. As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2017 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 21 de fevereiro de 2018, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo não circulante o valor de R\$ 48.254 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

**Recursos capitalizáveis**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.329.601 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

### d. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2016:

#### Ênfases:

##### Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante o montante de R\$ 252.134 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

##### Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia controla a subsidiária integral TELEBRAS Copa S/A. Esses investimentos são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, sendo que as informações contábeis de 31 de dezembro de 2016 utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial, não foram submetidas à revisão por auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. As demonstrações contábeis destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 22 de fevereiro de 2017, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto. O relatório dos auditores relativo a Cabos Brasil Europa S/A, datado de 22 de fevereiro de 2017, foi emitido contendo ressalvas relacionadas a: i) A Companhia revisou e alterou o procedimento de consolidação sobre a controlada CSEB Cabos Europa Brasil Lda (“CSEB”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, passando a consolidá-la a partir de 1 de janeiro de 2016. Dessa forma, os valores correspondentes, referentes ao balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, não foram apresentados como determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas. A comparabilidade entre os exercícios fica, portanto, prejudicada. ii) A Companhia não registrou, em 31 de dezembro de 2015, o resultado de equivalência patrimonial, no montante de R\$300 mil e, também, os ajustes de conversão das demonstrações financeiras de sua controlada CSEB, no montante de R\$71 mil, como determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, através dos pronunciamentos técnicos CPC 18

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, respectivamente. Dessa forma, o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia, estão demonstrados a maior em R\$371 mil, em 31 de dezembro de 2015, e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está a menor em R\$300 mil. A Companhia registrou os referidos valores diretamente em seu ativo não circulante e contrapartida ao seu patrimônio líquido, em 01 de janeiro de 2016, em desacordo com o CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, porém ajustando os saldos da conta de investimento e do patrimônio líquido. A Companhia optou por não reapresentar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

### Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo não circulante o valor de R\$ 47.938 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto. Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 2.233.652 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda a concordância da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para submeter o assunto a Assembleia Geral Extraordinária, e com a aprovação, dar prosseguimento nos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

### e. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2015:

#### Ênfases

##### Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 dezembro de 2015, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de março de 2013, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se *sub judice* na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032- 95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº 18. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

##### Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.a, a Telebras possui participação de 49% do capital social da Visiona Tecnologia Espacial S/A, sendo que o restante de 51% pertence a parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31 dezembro de 2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 54.311 mil após apuração da equivalência patrimonial. As Demonstrações financeiras

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

da coligada foram auditadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.b, a constituição da empresa TELEBRAS – COPA S/A como subsidiária integral da TELEBRAS (sociedade de Propósito Específico para prestação de serviços nos eventos da copa das confederações de 2013 e copa do mundo de 2014), em 07 de fevereiro de 2013, com integralização inicial de seu capital no valor de R\$ 10 mil, ou seja, 10% de R\$ 100 mil do capital total. A companhia efetuou o pagamento de R\$ 90 mil, em 26/06/2013, pela integralização do restante de sua participação no capital da TELEBRAS – COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31 de dezembro de 2015 apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 29.244 mil, devido a ganho com equivalência patrimonial. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

**Programa de indenização por serviços prestados (PISP)**

Desde o exercício de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 47.786 mil em 31 dezembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

**Recursos capitalizáveis e patrimônio líquido negativo**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 1.320.458 mil em 31 dezembro de 2015, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, o que possibilitará tornar positivo o patrimônio líquido que se encontra negativo em 31 dezembro de 2015 no montante de R\$218.760 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Fase pré-operacional de projetos**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e a ampliação das condições de plena operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição, e consequente ampliação da geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros.

**Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente**

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de março de 2015, mas com os parágrafos de ênfases e parágrafos de outros assuntos incluídos no presente relatório.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):**

**Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

**Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

**Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida**

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

**Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*—impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

### **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros**

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

### **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado.

### **Benefícios a pós-emprego**

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Relatório de Auditoria Recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas de controles internos 31 de dezembro de 2016.

**Relatório destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno****1. Análise de recuperabilidade e segregação de circulante e não circulante dos tributos a recuperar**

A Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$199.676 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação.

A Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011.

Vale ressaltar também, que se faça periodicamente, a análise de segregação de circulante e não circulante destes tributos com base na expectativa de realização destes, dentro do período de 12 meses.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Existe riscos de não conseguir a recuperação dos créditos e por consequência perda de créditos.

Recomendamos que a Companhia mantenha ações no sentido de alcançar resultados positivos para realização dos créditos tributários a recuperar, e se necessário, constituir uma provisão, ou até mesmo a baixa de tributos que não tem expectativa de compensação ou realização, bem como a segregação de circulante e não circulante.

**2. Saldos contábeis pendentes de longa data**

Durante os trabalhos, identificamos que algumas contas contábeis não estão conciliadas ou possuem algumas pendências de longa data. Podemos citar como exemplo:

<b>Conta</b>	<b>R\$ mil - Saldo em 31/12/17</b>	<b>Comentarios</b>
COFINS a Recuperar	23.007	Parte do saldo é composto por pendências de longa data
IR sobre JSCP	22.550	Esta conta está sem movimentação desde 2015
ICMS a Recuperar	80.633	Parte do saldo é composto por pendências de longa data
ICMS a Recolher	11.570	Parte do saldo é composto por pendências de longa data
Tributos Federais Parcelamento	434	Pendencia de longa data
Taxas Federais a Recolher	1.903	A maior parte do saldo é composto por "Migração SISCOF FI-GL"
Outros Valores a Receber ou a Recuperar	2.107	Parte do saldo é composto por pendências de longa data

A Administração está implementando ações de conciliações, composições e de busca de efetiva realização dentro dos prazos legais.

Recomendamos manter os esforços de composições e conciliações dos saldos, bem como, das ações para efetiva recuperação/realização dos créditos.

**3. Obrigações acessórias**

A Telebras tem como pratica consulta e a emissão de certidões negativas nos respectivos sites e órgãos do governo. Caso conste alguma pendencia, os responsáveis são acionados para sua regularização na maior brevidade possível.

Durante os trabalhos em campo, foi identificado que a Telebras possui restrições no SICAF – DF. Também foi identificado que algumas obrigações acessórias não estão sendo realizadas adequadamente, como é o caso da EFD, que está sendo entregue sem o devido preenchimento.

Vale lembrar, que o não cumprimento destas obrigações pode acarretar em sanções a Companhia, bem como atraso no recebimento de operações com empresas governamentais/ órgãos do governo.

Recomendamos que a Administração envide esforços para regularizar o cumprimento de suas obrigações acessórias.

**4. Inventário físico do ativo imobilizado**

A Companhia não tem como procedimento a realização de inventário físico dos bens que compõem seu ativo imobilizado, bem como a conciliação destes bens com o ativo contábil não está concluído.

Dessa forma, eventuais problemas de registro das adições e de baixas de bens do ativo imobilizado podem deixar de ser identificadas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Sugerimos a realização de inventário físico dos bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo o emplacamento dos bens, assim como a elaboração de relatórios auxiliares atualizados com base neste inventário, que demonstrem os bens existentes e informações sobre a data de aquisição, fornecedor, valor histórico, valor corrigido, depreciação acumulada, valor residual e contabilização e com base no resultado deste trabalho que sejam preparados controles individuais destes bens, visando a salvaguarda do patrimônio da Companhia.

### 5. Acompanhamento das imobilizações em andamento

Os controles sobre a imobilização de ativos fixos e de projetos em andamento são efetuados pelas áreas envolvidas nos projetos. Porém, existem algumas ocorrências que demonstram a falta de integração entre os responsáveis dos projetos e a contabilidade, a saber:

- Atraso na imobilização de projetos quando do encerramento das O.S. (ordens de serviços);
- Imobilizações já em operação, porém sem a comunicação por parte do responsável do projeto ao departamento contábil, para que este faça transferência da classificação do bem de “Bens do Ativo Imobilizado em Andamento – BIA” para a respectiva conta de “Bens do Ativo Imobilizado em Serviço – BIS”; e
- Falta do registro de depreciação/amortização de itens em operação.

A ausência de análise sobre o imobilizado em andamento pode ocasionar em insuficiência de depreciação ou amortização.

Recomendamos que a Administração envie esforços para o aprimoramento de procedimentos rotineiros e de monitoramento quanto ao controle de projetos em andamento, na qual abrangeriam principalmente os seguintes pontos:

Definição de responsabilidades e funções quanto aos controles, acompanhamento dos prazos, inclusões e encerramentos de O.S. de projetos em andamento;

Definição de prazos para a revisão periódica dos projetos em andamento, de modo que sejam revisitados pela menos uma vez no trimestre, quanto a classificação de projetos que já se encontram em operação, bem como, a definição de comunicação tempestiva com o departamento contábil, para que faça a reclassificação contábil destes bens e início da depreciação / amortização;

Análise quanto a projetos que foram descontinuados, e sua comunicação com a contabilidade, para que sejam realizados os devidos lançamentos contábeis;

Acompanhamento do valor orçado e o valor realizado nas obras.

### 6. Peças de reposição

Existem peças de reposição, cuja expectativa de utilização pela Administração é de mais de um exercício social, classificadas no grupo de contas como ativo imobilizado. No entanto, não existe um controle analítico das peças, de modo que possa identificá-las e quantificá-las. Adicionalmente, a contabilidade deve ser informada quando uma peça é substituída no equipamento, para que possa ser feito o devido tratamento contábil (as peças substituídas devem ser baixadas quando da troca).

A ausência de controles analíticos sobre estas peças pode ocasionar em ausência de depreciação, ou em ausência de baixas do imobilizado e, dessa forma, superavaliar o resultado do exercício.

Recomendamos que a Administração envie esforços para implementação de procedimentos para o controlar as peças de reposição, atentando-se para a comunicação entre as áreas responsáveis e a contabilidade (de forma tempestiva), para que estes façam os lançamentos contábeis pertinentes.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****7. Licença de Uso do Satellite**

Durante os trabalhos de auditoria, identificamos que a Telebras registrou a título de licença de uso do Satélite o montante de R\$ 3.946 mil. O desembolso financeiro ocorreu em períodos anteriores. No entanto, até o momento não foi realizada nenhuma análise quanto aos critérios de tempo de uso da licença, visto que o Satélite ainda não está em operação.

A ausência de análise do prazo da licença pode ocasionar em insuficiência de amortização, e consequentemente, o resultado estar subavaliado.

Recomendamos que a Administração analise quanto as condições e prazos desta licença, para que seja considerado no cálculo da amortização. Atentar-se para o tempo da licença, ou a expectativa de utilização do equipamento, considerando sempre o menor prazo entre estas condições.

**8. Baixas do Ativo Imobilizado**

No manual de procedimentos da Telebras menciona sobre os tipos de Baixas que podem ocorrer no Ativo Imobilizado da Companhia, como por exemplo: venda, doação, perda (por obsolescência ou desgaste) ou transferência para bens destinados a venda. No entanto, a Telebras efetuou apenas baixas por obsolescência, ou seja, equipamentos que não seriam mais utilizados e foram sucateados.

Devido ao alto volume de itens do imobilizado, se faz necessário a implementação de procedimentos e controles, para que possa identificar tempestivamente a perda de bens, visto que os equipamentos estão alocados em diversas localidades no Brasil, e é algo rotineiro no setor de Telecom o furto de equipamentos nas antenas, por exemplo.

A ausência de procedimentos quanto a existência dos bens do ativo imobilizado, pode ocasionar em distorções nas demonstrações financeiras.

Recomendamos que a Administração avalie sobre a implementação de procedimentos e controles quanto a inspeção física periódica nas antenas e outras localidades externas da Companhia, de modo que a Companhia tem um controle sobre a existência de todos os equipamentos.

**9. Ausência de formalização da análise de redução ao valor recuperável dos bens do imobilizado e intangível**

A Companhia não possui processo rotineiro e documentado as análises sobre testes de recuperabilidade de ativos (*impairment*).

A ausência da análise de redução ao valor recuperável pode ocasionar em ativos registrados com saldos acima de seu valor recuperável.

Elaborar, anualmente, documentação suporte para análise de indicativo de redução ao valor recuperável, a fim de que o saldo contábil não seja superior ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

**10. Aprimoramento do cronograma de fechamento contábil**

A Telebras possui a boa pratica de preparar o cronograma de fechamento contábil mensal e anual, com a descrição das principais atividades e informações necessárias para a preparação das demonstrações financeiras. No entanto, identificamos algumas atividades que deveriam ser adicionadas, como por exemplo:

- Revisão de vida útil anualmente de todos os bens do ativo imobilizado e intangível;

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

- Análise dos indicadores de *impairment*, e se necessário, a preparação de fluxo de caixa e cálculo do valor recuperável, periodicidade anual, ou quando houver alguma mudança significativa no plano de negócio da Companhia;
- Segregação de circulante e não circulante trimestralmente;
- Inspeção física do imobilizado, para as principais adições ocorridas durante o ano, e rotativo para os demais itens do imobilizado;
- Com relação a eventos subsequentes, o departamento de RI e jurídico deveriam informar a contabilidade sobre qualquer assunto que deva ser divulgado em nota explicativa, para cada trimestre, visto que estes departamentos gerenciam as informações para o mercado e os principais contratos da Companhia.

As ausências de divulgação de informações requeridas pelas normas contábeis geram demonstrações contábeis incompletas.

Recomendamos que a Administração avalie quanto a inclusão de mais algumas atividades no cronograma formal da Companhia, de modo que seja formalizado, e que possa ser monitorado, que as principais atividades de fechamento contábil foram executadas durante o processo de fechamento contábil.

**11. Agrupamento de Ações**

Durante os trabalhos de auditoria, identificamos que a Telebras registrou a título de grupamento de ações o montante de R\$ 13.097 mil referente ao valor a restituir aos acionistas decorrentes do agrupamento de ações ocorridos desde 2.010. O desembolso financeiro ocorrerá apenas quando o acionista solicitar o crédito a Telebras. No entanto, se faz necessário a análise se estes créditos têm prescrição, e quais são os critérios para efetuar a baixa desta obrigação, visto que existe valores a longa data.

A ausência de análise quanto as exigências destas obrigações pode ocasionar em distorções nas demonstrações financeiras.

Recomendamos que a Companhia mantenha ações no sentido de analisar quanto a prescrição destas obrigações, e se necessário, constituir até mesmo a baixa destas obrigações.

**12. Dividendos a receber expectativa de recebimento e classificação**

A Telebras possui registrado em 31 de dezembro de 2017 em seu ativo circulante o montante de R\$ 11.550 (R\$ 5.546 em 31 de dezembro de 2016) referente a direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA.

Esta operação está registrada desde 2014, no entanto, até o momento não houve a liquidação financeira, e não houve nenhuma análise quanto a expectativa de recebimento deste montante nos próximos 12 meses.

Adicionalmente, observamos que nas demonstrações financeiras da coligada VISIONA, foi reconhecido em seu passivo dividendos a pagar, no qual divulga em sua nota explicativa que este será reinvestido na Companhia para aquisição de bens do ativo imobilizado e reforço no capital de giro.

A ausência de análise quanto a classificação de dividendos a receber de acordo com a sua natureza pode ocasionar em distorções nas demonstrações financeiras.

Recomendamos que a Administração analise quanto a intenção ou não de reinvestimento em sua coligada através da retenção dos dividendos a distribuir, e efetuar o tratamento contábil pertinente.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****13. Segregação de Circulante e Não Circulante**

A Telebras possui registrado em 31 de dezembro de 2017 em seu passivo circulante o montante de R\$ 39.003 e no passivo não circulante o montante de R\$ 212.475 referente a empréstimos com terceiros, no entanto, foi identificado durante os trabalhos que a segregação de circulante e não circulante está em desacordo com a norma contábil.

De acordo com a norma contábil, a classificação de passivo circulante deve ser efetuada quando a Empresa espera liquidar o passivo no período de até 12 meses após a data base das demonstrações contábeis.

A classificação dos empréstimos e financiamentos cuja expectativa de pagamento exceder 12 meses como passivo circulante está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando apresentação inadequada das demonstrações contábeis.

Reavaliar a segregação do passivo circulante e não circulante de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, itens 69 a 76.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

**c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea "a".



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da companhia:**

**Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Cível	38.359	34.999
Trabalhista	7.023	3.153
Tributária	25.415	23.552
<b>Total</b>	<b>70.797</b>	<b>61.704</b>

**Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

<b>Natureza/Objeto das Ações:</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Cíveis</b>		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.570	8.990
Ilegalidade na Venda de Ações	3.682	3.946
Execução Fiscal	20.890	19.839
Outros Processos	5.217	2.224
<b>Total</b>	<b>38.359</b>	<b>34.999</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Responsabilidade Subsidiária	560	663
Progressão Salarial	746	298
Outros Processos	5.717	2.192
<b>Total</b>	<b>7.023</b>	<b>3.153</b>
<b>Tributárias</b>		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.279	22.194
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	28	1.306
Diversas Origens	1.108	52
<b>Total</b>	<b>25.415</b>	<b>23.552</b>
<b>Total Geral</b>	<b>70.797</b>	<b>61.704</b>

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Veja item 10.8